



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)

Requer ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública informações sobre a instrução dos processos para a escolha de membros de órgãos do sistema de justiça pelo Presidente da República.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Senhor **MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, pedido de informações:

- 1) Quantos processos para a nomeação de membros para tribunais ou para órgãos do Ministério Público estão em tramitação nesta pasta?
- 2) O Ministério recebe indicações de políticos para a indicação de membros que integram as listas para os tribunais ou para órgãos do Ministério Público? Encaminhar cópia integral dos processos em tramitação desde janeiro de 2019, com todas as indicações e apoios recebidos pelo Ministério.
- 3) O Ministro recebeu a lista tríplice escolhida pela carreira do Ministério Público Federal para escolha do novo Procurador-Geral da República? Qual a destinação dada a esta lista? Qual o fundamento jurídico para descartá-la?
- 4) O Ministro foi consultado pelo Presidente da República sobre a escolha do novo Procurador-Geral da República? Participou da elaboração dos critérios anunciados pelo Presidente da República para a escolha do novo ocupante daquele órgão?

JUSTIFICATIVA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública é responsável pelo recebimento das listas formadas pelos tribunais, pelo Ministério Público Federal e pela Ordem dos Advogados do Brasil para a ocupação de cargos naqueles órgãos.

Cabe ao Ministério instruir os processos com as referidas listas e encaminhá-las ao Presidente da República que efetuará a escolha.

Talvez a escolha do cargo mais importante pendente nesse contexto seja a do sucessor da Procuradora-Geral da República, Doutora Raquel Dodge.

Ocorre que o Presidente da República vem anunciando que a escolha do referido sucessor dependerá de critérios que conflitam com os princípios e dispositivos constitucionais, colocando em dúvida a condução desse processo de escolha.

Dessa forma, é fundamental que a sociedade tenha conhecimento de como o Ministério da Justiça e Segurança Pública está conduzindo esses processos de nomeação e se está participando da definição dos critérios que vêm sendo anunciados para a referida escolha.

São essas as razões que nos levam a formular o presente requerimento.

Sala das Sessões, 21 de agosto de 2019.

IVAN VALENTE
DEPUTADO FEDERAL PSOL/SP